



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

EM BUSCA DA JUSTIÇA TERRITORIAL: ENCONTROS E DESENCONTROS DA POLÍTICA URBANA DE CURITIBA

Jussara Maria Silva (Universidades: Positivo e Tuiuti do PR.) - sjussara13@yahoo.com.br
Arquiteta e urbanista, professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Positivo e Universidade Tuiuti do Paraná

Andréa Luiza Currelino Braga (Universidade Positivo) - acbraga@up.com.br
Assistente Social do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Positivo

Clarice Metzner (Ministério Público do Estado do Paraná) - claricemp@mp.pr.gov.br
Assistente Social no Ministério Público do Estado do Paraná

Marcos Bittencourt Fowler (Ministério Público do Estado do Paraná) - mbfowler@mp.pr.gov.br
Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado do Paraná

Adrienne Alher (Universidade Positivo) - adrienne.alher@yahoo.com.br
Estudante do sexto período de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Positivo

Evandro de Nadai Sutil (Ministério Público do Estado do Paraná) - evandrosutil@gmail.com
Estudante do terceiro ano de Direito na Universidade Federal do Paraná.

Larissa do Rocio Camargo Antezana (Universidade Positivo) - lari_antezana@hotmail.com
Estudante do décimo período de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Positivo

1. Introdução

Este breve estudo pretende iniciar uma reflexão sobre a atuação e efetividade dos agentes urbanos na cidade de Curitiba e as repercussões na mídia local. Leva em conta a concepção de direito à cidade e o arcabouço jurídico-institucional delineado no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, que aponta para a necessidade de existirem instâncias públicas de controle social, as quais façam a discussão da gestão democrática e participativa da cidade.

Inicialmente, será explicitado um olhar sobre a formação histórica do espaço urbano, onde apesar de existir um discurso e prática de planejamento, este se volta para os interesses do grande capital, ocasionando a exclusão sócio-espacial de parcela significativa da população. A supressão deste distanciamento ocorre quando a sociedade civil participa ativamente dos debates sobre a cidade, por meio de suas organizações próprias, ou pelas instâncias formalizadas de controle social: os conselhos de políticas públicas. Vem-se observando um grande desencontro entre o que é implantado na política urbana e a atuação do Conselho Municipal da Cidade de Curitiba (CONCITIBA), além de sua pouca visibilidade.

Em seguida, é realizada a apresentação do Projeto de Extensão Cidade em Debate, criado em parceria entre o Ministério Público do Estado do Paraná e a Universidade Positivo, tendo como um dos seus propósitos, a publicização dos canais de participação popular, considerando que os espaços das conferências e dos conselhos são legítimos instrumentos de gestão democrática.

Propondo-se a compreender e analisar como se dão as relações entre os agentes urbanos e destes com o planejamento e gestão da cidade de Curitiba, o grupo de pesquisadores do Projeto agregou relatos de observação das reuniões do CONCITIBA e do Observatório de Políticas Públicas do Paraná – fórum de organizações da sociedade civil e movimentos sociais - além de pautas e memórias disponibilizadas e realizou levantamento temático da questão urbana em jornal de grande alcance na região metropolitana, Gazeta do Povo, durante o ano de 2010. Foram realizados comparação e confronto de pautas e enquadramento nos respectivos Planos Setoriais e nos temas Gestão e Copa do Mundo 2014.

Esta nova forma de olhar e analisar as transformações pelas quais os canais de participação popular estão passando, revelam numa análise preliminar que existe fragilidade na prática participativa em Curitiba e em grande medida, há comunicação restrita, o que impede de ser alcançada a sinergia indispensável para o encontro de soluções mais adequadas ao contexto local.

2. Espaço de Participação: Paraná e Curitiba

Quando se fala em organização do espaço urbano, afirma-se a relevância em evidenciar que sua constituição está diretamente relacionada aos fatores históricos, políticos, econômicos, ideológicos e culturais, aos quais as sociedades/cidades foram submetidas. No Brasil, inicia-se decisivamente no século XX a constituição das cidades brasileiras, que se edifica como expressão material e simbólica de sociedade, e é apresentada na visão de Lefebvre, como processo de “organização espacial concreta, em mediações sociais complexas, que constituem seus espaços, suas instituições, suas formas de organização (LEFEBVRE, 1991, p.30)”.

No contexto brasileiro, suas expressões se dão em processos de exclusão social, que se constituíram em problemas centrais para pensar na política de desenvolvimento urbano das cidades do país. Destarte ainda, que recentemente os efeitos perversos do redesenho do papel do Estado e das macropolíticas econômicas e sua ideologia neoliberal, geraram o agravamento das desigualdades socioespaciais, além da ampliação de massificação da pobreza e insegurança generalizada.

Evidencia-se também, que na dimensão simbólica, a evolução do discurso e da prática do planejamento urbano no Brasil se expressa como controversa, pois entre os ‘desencontros’ evidenciados, há a formulação e fundamentação legal em direitos humanos universais, coletivos, garantidos nas formas de legislações internacionais e brasileiras, enquanto sua prática ainda se legitima majoritariamente nas expressões da desigualdade, em defesa de interesses do grande capital e na vontade de grupos minoritários da sociedade brasileira.

No Estado do Paraná, especialmente na sua capital, Curitiba, coloca-se que esta é conhecida mundialmente pelo discurso e imagem disseminada de ‘cidade modelo’, ‘capital do primeiro mundo’, ‘cidade do planejamento’, entre outras conotações que valorizam o município com o aparato de ‘cidade ideal’.

Em relatório apresentado na abertura do V Fórum Urbano Mundial, da Organização das Nações Unidas (ONU), na cidade do Rio em 2010, revela Curitiba como a 17ª cidade mais desigual do mundo (*grifo*), colocando o aumento absurdo do abismo entre ricos e pobres, o aumento considerável da violência, o aumento do desemprego, marginalização da pobreza, ampliação das desigualdades.

Quanto à questão de habitação e regularização fundiária, segundo informações do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC (2008). Assim, o número de ocupações irregulares saltou de 21 em 1971 para 301 no ano 2000 e manteve o crescimento nos anos posteriores. A imagem e discurso do modelo de planejamento são

também reproduzidos nas instâncias públicas de controle social, aqui expressa como os espaços dos Conselhos e Conferências da cidade no âmbito municipal.

Nas instâncias públicas de controle social, a discussão da gestão democrática e participativa da cidade, também tem se legitimado na idéia de 'sucesso' e 'eficiência' de planejamento urbano. E é ao dissimular as tensões que se acredita que o discurso da 'cidade-modelo' tenha interferido na realidade da cidade, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades urbanas de Curitiba.

Assim, pontua-se aqui que esta expressão da 'cidade modelo' se coloca também no aparato da construção das políticas, e se legitimam nos espaços de Conferências e Conselhos, exigindo a participação ativa de atores sociais, instâncias públicas e privadas para a garantia de uma cidade para todos. Como este desenho participativo é recente no país, verifica-se a necessidade de um processo de divulgação, acompanhamento das ações e que se amplie a participação da sociedade civil organizada, uma vez que a importância do tema exige conhecimento e debate com toda sociedade, ultrapassando a demarcação das entidades que compõem os conselhos de políticas públicas. No processo histórico, principalmente após a Constituição de 1988, por meio de pressões sociais, fortaleceu-se a construção de vários espaços democráticos para interesses coletivos, como: Conselhos, Fóruns, Assembléias. Estes espaços são fundamentais para se garantir o controle social, aqui conceituado como o monitoramento por parte da sociedade que atua no campo democrático, entre os quais, os movimentos sociais e outros segmentos, visam ao controle das ações que garantem interesses coletivos. A qualidade do controle social pressupõe a transparência e o acesso às informações públicas. O controle social visa à defesa e a implementação de políticas que respeitem o conceito de igualdade, universalidade, diversidade e democracia.

O Conselho é definido como órgão para garantir o que está previsto na constituição, referente à participação popular e o processo de descentralização político-administrativa. A idéia ganhou força e expressão no final da década de 80, época em que Conselhos Populares, compostos por segmentos organizados da sociedade, propunham estabelecer uma relação de negociação com o poder público. Estes podem constituir-se em mecanismos de fortalecimento da sociedade civil e controle social do Estado, mantendo-se a autonomia de ambas as esferas, que têm suas lógicas próprias.

A especificidade desse tipo de organização, que se inicia num amplo movimento de luta social, envolve uma composição que compreende atores coletivos diversos. O processo de participação institucionalizada através de conselhos enfrenta sérios desafios, que exigem da sociedade muita energia criativa para enfrentá-los.

Essa grande diversidade também revela os seus sujeitos: agentes modificadores ou agentes passivos de uma realidade urbana em constante transformação – mas que talvez,

afinal, não se transforme o suficiente. Os Conselhos de Políticas Públicas que, junto com as Conferências nacionais, estaduais e municipais colocam-se como canais da participação cidadã, caracterizam uma nova esfera do poder local, um espaço institucional com a perspectiva da democracia participativa. Segundo Dagnino são instâncias “que permitem o reconhecimento e dão voz a novos atores e temas; que não são monopolizados por algum ator social ou político ou pelo próprio Estado” (DAGNINO, p. 12, 2004).

Em Curitiba, foram realizadas três Conferências Municipais das Cidades, mas com alguns diferenciais: a primeira foi convocada pela sociedade civil, pois ocorreu no período a omissão do poder público municipal. Referente à 3ª Conferência Municipal de Curitiba, esta se expressa com um acontecimento relevante, pois foi invalidada, incidindo a sua impugnação no âmbito estadual e posteriormente pelo Conselho Nacional, por denúncia de representantes de movimentos sociais e entidades da sociedade civil, pautada nos seguintes motivos: a) falta de divulgação e cumprimento dos períodos estabelecidos pelos regulamentos; b) impedimento da participação dos movimentos sociais, pois lhes era exigido estatuto da entidade e ata de fundação e desrespeito ao regimento durante a Conferência.

Devido à invalidação, o município não realizou escolha de delegados para sua representação na Conferência Estadual e Nacional, ocorrendo a indicação dos delegados para a representação do município nas instâncias Estadual e Nacional, por parte de entidades e do gestor estadual. O Conselho da Cidade de Curitiba - CONCITIBA foi criado pela Lei nº 12.579 de 18 de dezembro de 2007, sendo realizada a primeira reunião apenas em julho de 2008, com frequência bimensal desde então. Para a composição do Conselho, na eleição dos movimentos sociais foram mantidos os mesmo impedimentos burocráticos que excluíram os movimentos sociais da participação na 3ª Conferência Municipal das Cidades, ou seja, a comprovação de personalidade jurídica do movimento popular.

Além disso, a composição do CONCITIBA não segue as proporcionalidades das legislações estaduais e federais, apesar de, durante a tramitação do Projeto de Lei na Câmara Municipal terem sido realizadas audiências públicas com participação da sociedade civil que sugeriu alterações com vistas a realizar as adequações necessárias.

Entender esses mecanismos coloca-se como proposta geradora de conhecimento e informação sobre a realidade local e possibilita contribuir para a elevação da qualidade dos espaços de participação e protagonismo de sujeitos coletivos em defesa de uma cidadania ampla e democrática.

Captar estes aspectos é tornar possíveis as explicações na base plural expressada pelas diferenças sociais de classes antagônicas e contraditórias no contexto das relações sociais.

3. Cidade em Debate: concepção e formato do projeto

O Projeto de Extensão Cidade em Debate é uma parceria entre a Universidade Positivo - Cursos de Direito e Arquitetura e Urbanismo, o Centro Operacional da Promotoria de Garantias Constitucionais do Ministério Público do Estado do Paraná e a Fundação Escola do Ministério Público, tendo como proposta a potencialização e a ampliação dos canais de participação da sociedade civil nas políticas urbanas. Parte da premissa do direito humano fundamental à cidade, onde seus habitantes devem definir a organização do espaço urbano a partir de três princípios: o exercício pleno da cidadania, a gestão democrática e a função social da propriedade.

Considerando que os espaços das conferências e dos conselhos são legítimos instrumentos de gestão democrática, o Projeto visa à busca da compreensão destes institutos participativos e de discussão no campo do direito à cidade. Além disso, propõe-se à análise de como eles estão se constituindo e direcionando as demandas da política urbana no Estado do Paraná e especificamente em Curitiba e Região Metropolitana, e principalmente à promoção da visibilidade e contribuição nas discussões que lá ocorrem.

A forma para dar publicidade aos debates, ações e propostas que ocorrem no âmbito dos conselhos e em outros *lócus* participativos, bem como aos atos originados pelo poder público foi o desenvolvimento de um espaço em mídia eletrônica. Neste, também são publicadas produções científicas, artigos e notícias de outras mídias, de modo que, por meio de transparência social, possa ser expresso tudo o que tem sido planejado, fiscalizado e executado para a efetivação de um espaço urbano no Paraná que garanta os processos democráticos e participativos de maneira ampla e responsável, contribuindo desta forma, para o alargamento da cidadania.

O sítio eletrônico tem por objetivo contribuir e construir análises, expressar a complexidade social nos espaços de participação e remeter a um olhar crítico sobre os mecanismos democráticos de participação direta da população e das áreas do conhecimento que interferem diretamente no desenvolvimento urbano e no direito à cidade.

Pretende-se focar no estado do Paraná, particularizando Curitiba e sua região metropolitana, motivo pelo qual há acesso específico para informações sobre o Conselho Municipal da Cidade de Curitiba (CONCITIBA), organização, funcionamento e deliberações. Desta forma, são publicizadas as agendas, documentos e pautas de reuniões, com a identificação dos atores sociais envolvidos, da composição e estruturação dos conselhos, sendo incluídas mais questões conforme a necessidade. Os integrantes do projeto acompanham todas as reuniões e participam de eventos, fóruns de discussões e debates organizados pelo conselho, por órgãos públicos ou ainda, por algum segmento da sociedade civil.

Entendendo que os conselhos são formados pelas diversas representações da sociedade civil, reconhecer outros espaços onde os diversos atores sociais se identificam, realizam suas leituras de realidade e as transformam em demandas, é de extrema importância.

Destaca-se aí, o Observatório de Políticas Públicas do Paraná constituindo-se em uma rede integrada de entidades que se articulam em ações relacionadas ao desenvolvimento territorial e urbano na perspectiva do direito à cidade.

Esta participação ativa da equipe Cidade em Debate nos espaços públicos de deliberação e nas articulações com a sociedade civil vem demonstrando que existe um desencontro entre as reais demandas e o que é implementado pelo Poder Executivo. Ou ainda, grandes temas de interesse e repercussão para a cidade de Curitiba não são pautados nas reuniões do Conselho, e não raras vezes, a população toma conhecimento por meio de notícias veiculadas pela imprensa.

Com o intuito de iniciar uma reflexão sobre a efetividade do CONCITIBA, este estudo se propõe a realizar um levantamento de temas da política urbana veiculados num jornal de grande circulação (Gazeta do Povo) durante o ano de 2010, cruzando as informações com as pautas do CONCITIBA e com as demandas do Observatório de Políticas Públicas.

4. As pautas do CONCITIBA e as demandas da população

O cenário em que se insere o tema diz respeito à vida de todos os agentes urbanos, pois aborda as decisões que afetam de modo direto a cidade. Decisões arbitrárias, tendenciosas ou amadoras, características de certas práticas na administração municipal brasileira têm implicado perdas de recursos públicos e de tempo. Assim, a reflexão procura uma nova forma de olhar e analisar as transformações pelas quais os canais de participação popular estão passando, cruzando as informações veiculadas no jornal Gazeta do Povo com as pautas do CONCITIBA e com as demandas do Observatório de Políticas Públicas do Paraná.

Estes espaços foram criados em momentos e conjunturas distintas, bem como possuem especificidades nas suas atribuições, a saber:

CONCITIBA - há pouca informação a respeito do histórico de formação do Conselho Municipal de Curitiba, sendo falha a divulgação de como se deram as discussões que culminaram na sua formação. As primeiras discussões a respeito da organização de um conselho aconteceram na 1ª Conferência Municipal da Cidade de Curitiba (COMCURITIBA). Na 2ª COMCURITIBA saiu à proposta de formulação de um projeto lei. Mas foi apenas para a 3ª COMCURITIBA que o projeto foi assinado. Em 18 de dezembro de 2007 a Câmara Municipal aprovou a lei de criação do Conselho da Cidade de Curitiba – CONCITIBA.

Observatório de Políticas Públicas do Paraná – criado como fórum articulado em 2002 e formalizado em 2004, faz parte da rede nacional que compõe o Observatório das Metrôpoles. Tem como proposta atuar na perspectiva do direito a cidade e desenvolvimento territorial com abrangência estadual com a representação de diversas entidades que discutem e militam sobre a questão urbana. Busca uma sistemática de trabalho que aproxime e potencialize a organização de informações, a produção acadêmica e principalmente, o fortalecimento dos atores sociais. Sua agenda, construída coletivamente, privilegia atividades que articulem pesquisas existentes; disponibilizem bases de informações de fácil acesso; definam metodologias comuns que orientem pesquisas e projetos a serem iniciados pelas instituições e entidades participantes; e promovam a formação para a gestão participativa. Tem como eixo as políticas públicas – financiamento, mecanismos de distribuição e controle social, prioridades, abrangência, territorialidade e alcance social. O Observatório, no entanto, não intenciona representar as entidades que dele participam, sendo que cada uma possui autonomia no seu processo de decisão e representa distintos segmentos sociais, como por exemplo: movimentos sociais, instituições acadêmicas, conselhos de classe profissional, organizações não governamentais e sindicatos.

Jornal Gazeta do Povo - O primeiro número desse jornal, em 1919, circulou com seis páginas e com quase 40% do espaço ocupado por publicidades. Ao longo das décadas seguintes, a Gazeta do Povo consolidou sua participação no mercado editorial de Curitiba, desenvolvendo um jornalismo com características notadamente locais e de prestação de serviços.

Para realizar a coleta de informações do CONCITIBA, fez-se necessária a consulta dos registros das reuniões realizados pelos observadores do grupo Cidade em Debate, uma vez que não há a publicização das atas aprovadas no ano de 2010, e considerou-se apenas os temas discutidos efetivamente, excluídos os temas que entraram só como sugestões. As informações do Observatório de Políticas Públicas do Paraná foram obtidas por meio de consultas às pautas e memórias de reuniões cedidas pela secretaria executiva e também relatos dos observadores. Para as demandas identificadas na mídia local foram selecionadas as reportagens da Gazeta do Povo no ano de 2010.

Com a finalidade de comparar e confrontar as pautas das reuniões do CONCITIBA (Tabela 01) e as demandas da população (Tabelas 02 e 03), procurou-se enquadrar cada item em um dos Planos Setoriais de Curitiba, somando-se a esses seis planos, um setorial denominado Gestão e outro COPA 2014

Ao Plano Diretor de Curitiba 2004, nas disposições transitórias da Lei 11.266 – artigos 88 –, incorpora seis Planos Setoriais que viessem a aprofundar os fundamentos das políticas públicas de maior importância estratégica, tanto para o município como para a

Região Metropolitana. Esses Planos Setoriais – Plano Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte Integrado, Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, Plano de Controle Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Plano de Desenvolvimento Econômico, Plano de Desenvolvimento Social, Plano Municipal de Segurança e Defesa Social foram entregues à Câmara Municipal no final de 2007. Hoje tais Planos se encontram em processo de aprovação, e caberá ao CONCITIBA examinar os estudos realizados pela Comissão e estabelecer um calendário para cada ajuste legislativo.

Tabela 01 – PAUTA DAS REUNIÕES - CONCITIBA

Data	Pautas	Setorial
11/02/2010	Processo Eleitoral p/ próxima Gestão: Comissão Eleitoral e Edital de Convocação	Gestão
	Habitação na área Central	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
18/08/2010	PAC da Copa - PAC da Mobilidade Urbana Apresentação e balanço do CONCITIBA e da 4ª Conferência das Cidades	Plano Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte Integrado/ COPA 2014
	Assuntos Gerais: Calendário e pauta anual – Temas	Gestão
07/10/2010	Avaliar e discutir os critérios nacionais de seleção das famílias a serem incluídas no Programa Minha Casa Minha Vida	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
	Propor critérios locais de seleção das famílias a serem incluídas no Programa Minha Casa Minha Vida	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
	Assuntos Gerais: Cronograma, Regimento, Site do CONCITIBA	Gestão
04/11/2010	Projetos para a Copa 2014	Plano Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte Integrado/ COPA 2014
	PAC da Copa - PAC da Mobilidade Urbana Monitoramento social de recursos e participação pública	Plano Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte Integrado/ COPA 2014
	Zoneamento da Linha Verde: adensamento, verticalização e renovação.	Gestão
23/11/2010	Inserção de Curitiba no programa “Planos de Ação das Cidades Históricas”	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social/Plano Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte Integrado
15/12/2010	Avaliar a política municipal de resíduos sólidos urbanos	Plano de Desenvolvimento Social
	Plano Cicloviário	Plano de Controle Ambiental e Desenvolvimento Sustentável Plano Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte Integrado

Fonte: Relatos do grupo Cidade em Debate.

Tabela 02 – DEMANDA DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO PARANÁ.

Data	Pautas	Setorial
03/03/2010	Eleição do CONCITIBA 2010	Gestão
09/03/2010	Eleição do CONCITIBA 2010	Gestão
22/03/2010	Eleições Concitiba 2010 e 4ª Conferência Estadual (Posição Observatório)	Gestão
05/04/2010	Preparação para a 4a Conferencia das Cidades	Gestão
06/05/2010	Projeto de Lei de Criação do CONCIDADES	Gestão
01/06/2010	Necessidade do Observatório se envolver na discussão sobre impactos da COPA 2014 na região metropolitana	COPA 2014
01/07/2010	Primeiro debate sobre a Copa (De-bate bola)	
	Análise do De-bate bola	COPA 2014
03/08/2010	Carta dos conselheiros para governador (lei CONCIDADES)	Gestão
	GT Conflitos Fundiários	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
02/09/2010	Preparação para 1a Audiência Pública sobre Potencial Construtivo - COPA	COPA 2014
03/09/2010	Análise da Participação na 1a Audiência Pública sobre Potencial Construtivo	COPA 2014
28/09/2010	Estratégias e Ações relativas a Copa de 2014	COPA 2014
	Preparação para Reunião do CONCITIBA:	Gestão
05/10/2010	Critérios do Programa Minha Casa Minha Vida	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
	Preparação para 2a Audiência Pública - Potencial construtivo COPA:	COPA 2014
	Potencial construtivo	COPA 2014
08/10/2010	Análise da Participação na 2a Audiência Pública - Potencial construtivo COPA	COPA 2014
26/10/2010	Alteração do Regimento Interno do CONCITIBA	Gestão
	Análise dos resultados da aprovação do Projeto de Lei do Potencial Construtivo	COPA 2014
05/11/2010	Proposta de construção do próximo De-Bate Bola ainda em 2010	COPA 2014
	Mobilização - Capacitação Planos Diretores	Gestão
18/11/2010	Ações sobre potencial Construtivo	COPA 2014
	Debates sobre o Seminário sobre Mega Eventos (São Paulo 08 e 09/11)	Gestão
15/12/2010	Eleições Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
	Situação do projeto de lei CONCIDADES	Gestão
	Potencial construtivo (medida judicial e articulações)	COPA 2014
21/12/2010	Reunião de comissão do OPP com PGJ e CAOP	Gestão
	Acompanhamento COPA	COPA 2014

Fonte: Secretaria Executiva do Observatório de Políticas Públicas do Paraná e relatos do grupo Cidade em Debate.

Tabela 03 – NOTÍCIAS DO JONAL GAZETA DO POVO – 2010

Data	Notícias	Setorial
20/01/2010	Região de Curitiba não tem plano para enfrentar desastre - apenas a capital tem um Plano Diretor Municipal de Defesa Civil	PMSDS
	Ministério Público cria grupo para acompanhar e fiscalizar obras da Copa 2014 em Curitiba	COPA 2014
31/01/2010	Ônibus terá prioridade nas ruas de Curitiba - implantação de faixas exclusivas para ônibus em várias vias	PMMUTI
03/02/2010	Plano do BNDES amplia prazo de financiamento para hotéis da Copa	COPA 2014
17/02/2010	Linha Verde sairá mais cara e com atraso - Segundo a prefeitura, taxa de câmbio atrapalhou os planos de investimento. Obra só ficará completa no fim de 2012	Linha Verde
24/02/2010	Falta saber: aonde vai o lixo? - Prefeituras anunciam vencedor da licitação, mas área não está liberada.	PCADS
10/03/2010	Ciclistas cobram políticas públicas que garantam mobilidade em Curitiba - grupo cobra ações práticas da Prefeitura no sentido de garantir a ciclomobilidade no município	PMMUTI
23/03/2010	STJ anula contratos irregulares da COHAB	PMHIS
29/03/2010	PAC 2 prevê R\$ 5 bi em obras no Paraná	PMHIS
07/04/2010	Subsídio é o caminho para transporte público acessível - Segundo estudo, para que a tarifa de ônibus não suba é necessário que o governo aplique recursos.	PMMUTI
	A novela da licitação do transporte coletivo - A disputa pela operação do transporte coletivo de Curitiba vem desde a década de 80	PMMUTI
13/04/2010	Anel Viário será implantado a partir de agosto	PMMUTI
24/04/2010	Homicídios em Curitiba e região aumentam 20% em 2009	PMSDS
26/04/2010	Metrô de Curitiba pode custar R\$ 3,5 bilhões - obra pode entrar na segunda versão do PAC	PMMUTI
10/05/2010	Pela Copa, aeroportos terão R\$ 5,3 bi	COPA 2014
19/05/2010	Aprendendo a ser sustentável - como vem acontecendo a promoção do tema em sala e em atividades extracurriculares	PCADS
21/05/2010	Governo estadual vai investir R\$ 80 milhões em obras na região da Arena da Baixada	COPA 2014
	"Copa do Mundo" é só para quem pode pagar - Título do mundial de futebol é marca de uso exclusivo da FIFA e dos patrocinadores	COPA 2014
23/05/2010	Pedágio urbano: aqui não - dois projetos pedindo a proibição de qualquer pedágio urbano em Curitiba foram protocolados na Câmara Municipal	PMMUTI
25/05/2010	Licitação vai escolher empresa que fará o primeiro trecho da Linha Verde Norte	PMMUTI
	Por um ar mais limpo, incentivo à ciclofaixa - Banco Mundial financiará ciclofaixas	PMMUTI
26/05/2010	Projeto de lei revela possibilidade da "Arena Copel - A Companhia Paranaense de Energia Elétrica investiria R\$ 40 milhões nos direitos de nome do estádio do Atlético". O valor seria usado na obra para o Mundial	COPA 2014
	Linha Verde aos pedaços - segundo IPPUC, será necessários outros financiamentos para completar toda a obra	PMMUTI
28/05/2010	Projeto da Arena Copel não empolga - projeto de lei é visto com ceticismo e como manobra política	COPA 2014
04/06/2010	Obra custou R\$ 33 milhões a mais - valor 27% superior ao preço inicial	PMMUTI
06/06/2010	Minha Casa, Minha Vida precisa ser revisto, diz Cofeci - Reajuste do teto e a inclusão de imóveis usados no programa do governo federal foram os principais temas discutidos no 2º Encontro Brasileiro de Corretores de Imóveis.	PMHIS
07/06/2010	Obras para preparação da Linha Verde Norte já começaram	PMMUTI
15/06/2010	Embate na beira do rio e nas linhas do trem - Projetos do PAC e da COHAB-CT prometem reduzir favelização de Curitiba em 30%, mas esbarram no campo minado do movimento dos sem-teto.	PMMUTI
	Clima é tenso no Bolsão Formosa	PMMUTI

Data	Noticias	Setorial
16/06/2010	CBF confirma exclusão do Morumbi da Copa 2014; Arena segue indefinida.	COPA 2014
18/06/2010	A Copa de 2014 e o respeito aos contratos - " Vários prazos já foram descumpridos e nada aconteceu. O Brasil não está no caminho certo", segundo secretário-geral da Fifa	COPA 2014
01/07/2010	Consórcio de Saúde sai do papel em julho	PDS
05/07/2010	Cinco empresas disputam o destino do lixo em Curitiba e Região Metropolitana	PCADS
08/07/2010	Aeroportos e estádios de Curitiba e SP preocupam Ricardo Teixeira - Cumbica e Viracopos ainda não têm as licenças ambientais	COPA 2014
11/07/2010	Lula libera sedes da Copa de 2014 para se endividarem	COPA 2014
	Potencial construtivo - explicação da proposta do poder público	COPA 2014
12/07/2010	O risco Arena - Opção pelo estádio atleticano causa saia-justa na aplicação do dinheiro público em uma obra privada	COPA 2014
	Assembleia discute "Arena Copel" nesta quarta-feira - Investimento em marketing pela empresa é possível solução para garantir Curitiba no próximo Mundial	COPA 2014
	Medo da Copa - os "elefantes brancos" deixados pelo evento	COPA 2014
14/07/2010	Discussão da "Arena Copel" na Assembleia Legislativa aponta para aprovação com ressalvas	COPA 2014
15/07/2010	Uso da máquina ganha força na novela Arena - e Presidente da Copel diz que aporte é ilegal	COPA 2014
20/07/2010	Capital terá 1.ª ciclofaixa em 2011	PMMUTI
22/07/2010	Pessuti fala sobre potencial construtivo para obras na Arena	COPA 2014
23/07/2010	Vida nova, longe da margem do rio - Cerca de 1,8 mil famílias foram retiradas da beira dos rios em Curitiba	PMHIS
25/07/2010	"Dormitórios" acumulam pobreza - Cidades vizinhas a Curitiba sofrem com a combinação de baixa atividade econômica, arrecadação tributária limitada e inchaço populacional.	PMMUTI
	Curitiba exporta moradores para a região metropolitana	PMMUTI
28/07/2010	Medida provisória dá isenção tributária e barateia a obra da Arena - Benefícios fiscais deverão desonerar em até 25% o projeto paranaense	COPA 2014
	Obra da COHAB está há um ano abandonada	PMHIS
31/07/2010	Obras em aeroportos esbarram em licença ambiental	COPA 2014
03/08/2010	Os desafios "invisíveis" de Curitiba para a Copa - além de infraestrutura, também será necessários preparos do ponto de vista tecnológico.	COPA 2014
04/08/2010	BNDES não aceita títulos de potencial construtivo como garantia de empréstimo para reforma da Arena	COPA 2014
06/08/2010	Lixo toma conta de terreno em obras - obras da prefeitura inacabadas estão causando proliferação de ratos e virando ponto de consumo e venda de drogas	PMHIS
08/12/2010	COHAB não tem como impedir especulação com o Minha Casa	PMHIS
16/08/2010	Arena se fortalece para Copa 2014 - Governo, prefeitura e Atlético finalmente chegaram a um consenso.	COPA 2014
	Obras da Copa ainda estão no papel - a quatro anos do mundial, obras de mobilidade andam devagar.	COPA 2014
17/08/2010	Manobra do poder público busca agora o aval jurídico - comissão foi montada para formular o termo de conduta	COPA 2014
18/08/2010	Aprendizado e respeito ao meio ambiente - leitura e debate com os alunos sobre os textos da Gazeta	PCADS
20/08/2010	Sindicato cobra supervisão das obras nos estádios	Controle Social
	Moradia - Déficit habitacional e ocupação irregular	PMHIS
22/08/2010	"São-paulinização" de Curitiba - erros de São Paulo que Curitiba vem repetindo	PMMUTI
26/08/2010	Proprietários podem atrasar desapropriações - Comitê da Copa estuda prazo para desapropriações no entorno da Arena	COPA 2014
30/08/2010	Minha Casa Minha Vida demora a atender os mais pobres	PMHIS

Data	Noticias	Setorial
01/09/2010	IBGE: 43% dos domicílios são inadequados para moradia	PMHIS
	Bicicleta vence pelo quarto ano consecutivo o Desafio Intermodal	PMMUTI
02/10/2010	Curitiba é campeã em poluir o ar	PCADS
03/09/2010	Aterro privado na região metropolitana tem licença suspensa pelo IAP	PCADS
05/09/2010	Municípios travam verdadeira guerra fiscal com alíquota do ISS	PDE
	PAC só entrega 5% das casas	PMHIS
06/09/2010	Brasil quer fazer Copa "verde" em meio a problemas ambientais	PCADSI/COPA 2014
	Planejamento conjunto para diminuir as diferenças	Gestão
10/09/2010	Copa Verde coloca desafios para Curitiba - Há uma visão pouco integrada da gestão urbana de Curitiba e RMC, baseada ainda em interesses políticos e decisões centralizadas.	PCADS/COPA 2014
	Combater a violência é o grande desafio	PMSDS
11/09/2010	Copa-2014 turbina investimentos - Orçamento para Curitiba crescerá 75% nos próximos dois anos graças a recursos obtidos via empréstimos locais e internacionais	COPA 2014
13/09/2010	A velha estrada ainda vive - a previsão é que a ocupação da Linha Verde leve 15 a 20 anos	PMHIS/PMMUTI
14/09/2010	O aumento do déficit habitacional em Curitiba	PMHIS
	Invasores do Guarituba podem ser incluídos no PAC	PMHIS
17/09/2010	A favela que diz não à Cohab - Pequena ocupação formada por carrinheiros rejeita programa de reassentamento da prefeitura no bairro Ganchinho	PMHIS
19/09/2010	Desníveis: a ferida aberta do Paraná - a crise no campo e a industrialização da região metropolitana de Curitiba fizeram a riqueza se concentrar na capital e nos municípios vizinhos	PDE
20/09/2010	"Não estamos doando nenhum dinheiro", garante Pessuti - Negar a utilização de dinheiro público nas obras do estádio é o que Pessuti mais fez durante toda a entrevista	COPA 2014
	Termo de ajuste de conduta é assinado e obras na Arena têm início previsto para 1º trimestre de 2011	COPA 2014
21/09/2010	Sem direito à moradia digna - Déficit habitacional na região metropolitana de Curitiba cresceu 70% no ano passado	PMHIS
28/09/2010	Oposição faz críticas ao projeto de lei para conclusão da Arena - e a falta de transparência absoluta e a participação da sociedade	COPA 2014
29/09/2010	Votação "relâmpago" do Potencial Construtivo é retirada na Câmara	COPA 2014
01/10/2010	Câmara fará audiência pública sobre o potencial construtivo	COPA 2014
	Conselhos não mobilizam o povo	Gestão
06/10/2010	Retribuição do Atlético levanta dúvidas - Vereadores mostram insatisfação com a contrapartida exigida no acordo que repassa recursos do potencial construtivo ao clube	COPA 2014
	Acordo da Arena prevê 'gentilezas' do Atlético - Termo para viabilizar Mundial em Curitiba exige uma simbólica contrapartida do clube ao poder público	COPA 2014
	Potencial Construtivo da Arena será discutido em audiência pública	COPA 2014
11/10/2010	Atlético confirma cronograma de obras da Arena para o Mundial de 2014	COPA 2014
	Com o fim do Aterro da Caximba, área em Fazenda Rio Grande receberá o lixo de Curitiba e região.	PCADS
	Cidade acessível para todos - tema ainda passa longe das discussões da Copa	PMMUTI/ COPA 2014
13/10/2010	Invasão ameaça PAC em Piraquara - Cerca de 100 famílias ocupam área de restrição ambiental no Guarituba e colocam em risco projeto de urbanização do governo federal	PMHIS
19/10/2010	Governo do Paraná confirma empréstimo de R\$ 229 milhões para obras da Copa	COPA 2014
26/10/2010	Câmara aprova projeto do Potencial Construtivo da Arena da Baixada	COPA 2014
	Curitiba ganhará shopping na Linha Verde	PMMUTI/ PDE

Data	Noticias	Setorial
27/10/2010	Goleada política - Vereadores de Curitiba praticamente aclamam a isenção de impostos e a cessão do potencial construtivo ao Atlético	COPA 2014
28/10/2010	Marcos Malucelli considera Mundial no país "um absurdo" - para dirigente do Atlético, o Brasil tem outras prioridades	COPA 2014
11/11/2010	Copa exigirá plano para gerenciar lixo	PCADS/COPA 2014
	Áreas disponíveis atendem apenas 1% da fila da Cohab	PMHIS
17/11/2010	Novas formas de construir podem baixar preços	PMHIS
	Planejamento com cidades vizinhas seria alternativa.	Gestão
18/11/2010	Rede integrada entra nos projetos da Copa - criação de um sistema de troca de informações sobre criminosos	COPA 2014
19/11/2010	Estádios brasileiros só não custarão mais que os da Rússia	COPA 2014
25/11/2010	Veto a caminhões na Linha Verde - proibição de carretas com mais de 14 toneladas para acelerar mudança de perfil	PMMUTI
26/11/2010	Curitiba projeta investimentos de R\$ 4,5 bi para receber Mundial de Futebol	COPA 2014
26/11/2010	PR disputa ônibus híbrido da Volvo - Unidade da Cidade Industrial de Curitiba pode receber investimento de US\$ 30 milhões para fabricar modelo movido a diesel e eletricidade	PMMUTI
27/11/2010	PR quer regularizar 30 mil moradias	PMHIS
02/12/2010	Comissão dá aval para projetos de lei - Onde um isenta de tributos as atividades ligadas ao Mundial o outro permite o uso de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) na viabilização das obras da Arena	COPA 2014
06/12/2010	Pacote de projetos para a Copa de 2014 é aprovado na Assembleia Legislativa - Isenção de impostos e acesso ao Fundo de Desenvolvimento Econômico estão incluídos nas medidas	COPA 2014
07/12/2010	Imóvel com subsídio dobra de preço antes de ficar pronto	PMHIS
08/12/2010	Impacto bilionário - Estudo mostra que Curitiba pode capitalizar R\$ 5,4 bi como cidade-sede do Mundial	COPA 2014
09/12/2010	Corrente do bem une comunidades	Gestão
10/12/2010	Cerco à exploração sexual na Copa 2014 - protestos simultaneos nas cidades-sede da Copa de 2014, é ponto de partida para um processo de enfrentamento do problema visando ao Mundial.	COPA 2014
11/12/2010	Número de casas vazias supera déficit habitacional, indica Censo 2010.	PMHIS
13/12/2010	Chuva forte causa estragos em Curitiba e RMC - choveu 56% do previsto para o mês de dezembro na manhã e início da tarde desta segunda-feira e há risco de os rios transbordarem	PCADS
14/12/2010	Vereador de Curitiba assume Secretaria para Assuntos da Copa 2014 - Mário Celso Cunha será o secretário para Assuntos da Copa	COPA 2014
16/12/2010	Movimento Passe Livre espalha cruces por Curitiba em protesto - manifestação contra um possível aumento da tarifa do transporte coletivo em Curitiba	PMMUTI
18/12/2010	Política de cada um por si marca a RMC	Gestão
26/12/2010	Endividadas, empresas da capital são vendidas - operadoras do transporte público são vendidas para evitar um possível fechamento.	PMMUTI

Fonte: Jornal Gazeta do Povo, 2010.

Observação: PCADS - Plano de Controle Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; PMMUTI - Plano Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte Integrado; PMHIS - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social; PDS - Plano de Desenvolvimento Social; PDE – Plano de desenvolvimento Econômico; PMSDS - Plano Municipal de Seguridade e Defesa Social

5. Análise preliminar dos dados coletados

5.1. Gestão democrática da cidade

O controle da administração pública, da gestão das políticas públicas, da destinação e utilização dos recursos públicos, de medidas que priorizem investimentos na área social para reverter o quadro de desigualdades, como se sabe, deve ser efetuado pelas instituições que representam o cidadão, com base no sistema da democracia representativa, ou de forma direta, com base no sistema da democracia participativa ou direta. Consoante o princípio da participação popular, a Constituição brasileira também instituiu vários mecanismos para fins de garantir uma participação direta do cidadão no poder público, como a iniciativa popular de leis, o referendo, o plebiscito, as consultas e audiências públicas, os conselhos de gestão de políticas e de serviços públicos. Esses mecanismos têm vital importância para garantir o respeito aos valores da democracia e da justiça, a proteção e concretização dos direitos da pessoa humana e a construção de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

O princípio democrático está inserido no artigo 1º, parágrafo único, da Constituição, segundo o qual o poder emana do povo e é exercido de forma direta e indireta por meio de representantes eleitos. Ao tratar dos direitos políticos, a Constituição determina que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e nos termos da lei mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

A relação entre a administração pública e o cidadão deve ser construída com base na democracia e na cidadania. Isso significa que o Estado Brasileiro, como um Estado Democrático de Direito, deve conter uma ordem jurídica com mecanismos eficazes de controle da administração pública, mediante instrumentos e processos democráticos de cooperação, parceria e participação enquanto formas legítimas do exercício da cidadania.

Em face dos problemas sociais que precisam ser enfrentados mediante a promoção de políticas públicas, bem como da obrigação do Estado em desenvolver políticas sociais, tem proliferado sistemas de gestão democrática, mediante a criação de conselhos, comissões, comitês nas diversas áreas de atuação do poder público, especialmente, no âmbito dos municípios. Essas esferas públicas democráticas são mecanismos de controle da administração pública, de modo que as suas atividades sejam integradas com as prioridades sociais estabelecidas nessas instâncias.

Respeitando esses pressupostos constitucionais, o Estatuto da Cidade incorpora a gestão democrática como uma diretriz geral da política urbana, por meio do inciso II, do artigo 2º, e compõe capítulo específico através dos artigos 43 a 45, a saber:

“Art. 2º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I - Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

II - Instrumentos de Gestão Democrática da Cidade.

[...]

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I - órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II - debates, audiências e consultas públicas;

III - conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV - iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

V - (VETADO)".

Como se observa, órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal devem ser utilizados para garantir a gestão democrática da cidade. Essa norma aponta para a necessidade da constituição de um sistema federativo descentralizado e democrático, visando à promoção da política urbana, mediante a constituição de um Conselho Nacional, Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Urbano. Esses conselhos devem ser compostos por representantes dos setores público e privado, de entidades da sociedade civil e de movimentos sociais que atuam com a questão urbana como, por exemplo, o Fórum Nacional de Reforma Urbana.

5.2. Conselho da Cidade de Curitiba - CONCITIBA

Para a administração pública ser compelida a executar as decisões emanadas dos conselhos, a sua criação deve ser objeto de lei específica, à qual cabe estabelecer as competências e as matérias a serem enfrentadas, evitando eventuais conflitos com os órgãos da administração responsáveis pelo setor. A legalidade, assim, é fundamental para garantir a eficácia e o funcionamento dos conselhos, pois, enquanto órgão colegiado, configuram-se órgãos integrantes da administração pública. Essa integração ao órgão administrativo responsável pela política pública não significa que os conselhos estejam sujeitos a qualquer subordinação hierárquica no exercício de suas atribuições, mas sim que a eles sejam prestados o suporte administrativo, operacional e financeiro necessários ao próprio funcionamento.

Todavia, em alguns municípios, os conselhos têm sido criados por decreto do Poder Executivo, tornando-os suscetíveis às mudanças de governo, pois podem deixar de funcionar em decorrência das disputas partidárias e pessoais entre os grupos políticos da anterior e da atual gestão municipal, prejudicando os direitos da comunidade.

Bem por isso, entende-se que a independência do conselho perante os órgãos governamentais é fundamental para a garantia do exercício de suas atribuições. Como órgão de controle da administração pública que fiscaliza a atuação dos órgãos e autoridades públicas, o Conselho não pode estar submetido a qualquer tipo de subordinação.

Outro aspecto importante é o processo de deliberação, que deve conter procedimentos de consulta, de modo a assegurar a todos os segmentos da sociedade o direito de participar da tomada da decisão. Apesar da possibilidade da sua composição ser paritária, normalmente quem estará representando a sociedade serão os grupos organizados, associações de moradores, associações de classe, sindicatos, movimentos e organizações populares. É preciso, também, criar canais para os cidadãos não organizados participarem das decisões que afetarão suas vidas.

Por fim, a participação popular depende de inúmeros fatores para alcançar real efetividade. Dentre eles, destaca-se a necessidade de as pautas das reuniões do conselho acompanharem as demandas substanciais da população, expressas em ações articuladas dos movimentos sociais urbanos e insertas nos veículos da mídia local. Nesse rumo, o presente estudo preliminar irá apresentar algumas pistas acerca dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Conselho da Cidade de Curitiba – CONCITIBA e seu descompasso com as questões urbanas do município trazidas pelos movimentos sociais e pela mídia.

5.3. Comparação entre as Tabelas nº 1, 2 e 3

De acordo com a lei que o instituiu, “o *Conselho da Cidade de Curitiba - CONCITIBA é unidade colegiada, vinculada por linha de tutela e subordinação ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC*” (artigo 1º, parágrafo único). Este, ao discorrer sobre a gestão descentralizada e compartilhada em publicação distribuída aos conselheiros, esclarece que se deve “*descentralizar as atividades da Prefeitura, por meio da Regionalização Administrativa, e, ainda, desconcentrar ou democratizar o sistema decisório a partir de uma matriz única de Gestão Pública, de modo que parte dos assuntos coletivos ande por si só, compartilhando ações entre todos os setores da sociedade*” (Plano Diretor 2004: o planejamento urbano de Curitiba. Curitiba: IPPUC, 2004, p. 36).

A partir dessas premissas, bem se nota que a concepção dominante acerca da gestão municipal tutela e subordina a participação popular a sistema decisório de matriz única, fato que, na prática, traduz-se em reuniões do conselho para ratificações de planos e projetos previamente concebidos e acabados, organizadas de forma a impossibilitar discussões e questionamentos sobre o conteúdo das propostas apresentadas, com vistas apenas a obter a concordância do colegiado.

Nesse sentido, observa-se na Tabela 1, *supra*, que as reuniões foram convocadas de forma descontínua e sempre com a intenção de aprovar planos complexos (PAC da Copa, Planos de Ação das Cidades Históricas, Plano Cicloviário) numa só sessão, sobre temas não relacionados entre si (mobilidade urbana, critérios para a seleção de famílias,

zoneamento, resíduos sólidos, etc.), dificultando a compreensão e o posicionamento dos conselheiros não governamentais.

A descontinuidade, complexidade, rapidez e fragmentação das pautas do conselho levam ao questionamento sobre o seu papel: são pautas políticas de fato que se colocam em consonância com os interesses coletivos da população ou se destinam a realizar outros interesses, não explicitados?

O tempo exíguo destinado à apresentação, discussão, maturação e decisão acerca das questões urbanas no âmbito do CONCITIBA parece incompatível com os princípios de democracia participativa, onde a emergência das contradições, o embate entre diferentes atores e os conflitos entre interesses antagônicos se colocam como parte do processo democrático que se alimenta da dissensão entre opiniões e propostas. O consenso imediato e aparente impede o aprofundamento dos debates, trazendo a impressão de que a participação popular não é autônoma em sua plenitude e se deu apenas por exigência legal ou para cumprir determinações formais.

O conselho, assim, parece sinalizar que a cidade é organizada e harmoniosa, decodificada em planos e projetos, sem vínculo com as concepções que entendem a realidade social como desigual e contraditória e, portanto, passível de transformações para essa superação.

Bem ao diverso, as reuniões do Observatório de Políticas Públicas, tomadas como um dos exemplos de articulação da sociedade civil, teve vários momentos de tensão durante o ano, conforme se constata através da Tabela nº 2, *supra*. Além do número de encontros ter sido bem superior ao total de sessões do CONCITIBA, em várias delas há coincidência entre os temas debatidos, mostrando a busca de melhor adensamento das propostas a serem defendidas e da superação de ocasionais impasses. Assim, em 3 reuniões discutiu-se a eleição para o CONCITIBA, em 14 analisou-se a Copa do Mundo de 2014 e seus efeitos sobre a cidade e a região metropolitana, em 3 falou-se sobre o projeto de lei de criação do CONCIDADE, e assim por diante. Aqui, percebe-se a intenção em delinear bem os assuntos a serem tratados em espaços contraditórios, onde proliferam opiniões e posições divergentes.

Outro aspecto a ser destacado é a prevalência da discussão acerca das estratégias e das ações a serem adotadas em relação à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil, com a previsão de jogos em Curitiba. Como são muitos os recursos financeiros públicos e privados a serem nela investidos, com anúncios estrondosos a todo o tempo, além muitos projetos estarem sendo gestados, é compreensível a preocupação de entidades não governamentais com o evento e suas conseqüências no plano urbano. Contrasta com o CONCITIBA, que destinou apenas parte de 2 reuniões para ocupar-se com este tópico.

O contraste é ainda maior se forem consideradas as notícias publicadas na Gazeta do Povo, expressas na Tabela nº 3, onde o tema da Copa do Mundo inundou o periódico com dezenas de matérias, as quais exploraram ângulos e detalhes ainda não inseridos na agenda do conselho e do observatório. Seja pela repercussão do evento, seja pelo interesse jornalístico e comercial na sua difusão, o fato é que a Copa do Mundo vem mobilizando os meios de comunicação, especialmente nas cidades que sediarão os jogos.

Mais não é só isso: há inúmeras abordagens de outras questões que se mostram ausentes nas demais tabelas, especialmente no que se refere à Região Metropolitana de Curitiba. Dada a condição de metrópole em expansão, Curitiba sofre as vicissitudes do crescimento desigual e desordenado, gerando problemas de difícil solução e não enfrentados por nenhuma instância administrativa. Assim é porque, na peculiar conformação política brasileira, o município assumiu a condição de ente federativo, o que lhe confere autonomia considerável no exercício de suas competências administrativas e legislativas. As regiões metropolitanas, ao diverso, ainda não ganharam as condições necessárias a enfrentar os desafios que se lhes apresentam.

Nesse contexto, tanto o conselho, quanto o observatório, parecem não ter ainda acordado para essa difícil situação, ao passo que a imprensa reiteradamente aponta a imprescindibilidade de serem tomadas providências capazes de gerarem efeitos desde logo. Por exemplo, indicando a falta de plano regional para o enfrentamento de desastres, as dificuldades para a destinação do lixo metropolitano, a implantação de anel viário, a necessidade de consórcio intermunicipal para o atendimento de saúde, a carência de ações para enfrentamento da pobreza regional, a migração dentro da região, a “*são-paulinização*” de Curitiba, a visão pouco integrada da gestão urbana e as diferenças dentro da região metropolitana, a crise no campo e a industrialização da região, o aumento do déficit habitacional, a falta de planejamento regional, a busca de saídas isoladas por cada município, e assim por diante.

Do ponto de vista cronológico, há certa compatibilidade entre a ordem em que os temas tratados pelo observatório aparecem na mídia, ao passo em que a agenda do conselho obedece a distribuição própria no tempo, sem qualquer vínculo com o noticiário ou com os anseios sociais presentes na arena política. Essa situação reforça o caráter formal e abstrato da atuação do CONCITIBA antes referido, subordinada mais às necessidades administrativas do governo local do que às demandas emergentes da sociedade.

Pode-se, a grosso modo, caracterizar como predominantemente burocrática a agenda do CONCITIBA, reivindicatória a pauta do Observatório de Políticas Públicas e crítico e polêmico o tratamento dado pela imprensa para as questões urbanas em Curitiba. Apesar de cada qual se inscrever em campo próprio de atuação, a comunicação bastante

restrita entre si impede de ser alcançada a sinergia indispensável para o encontro de soluções mais adequadas ao contexto local.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001. Estatuto da Cidade.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Gestão social: alguns depoimentos para o debate In RICO, Elizabeth Melo e RAICHELIS, Raquel (org). Gestão social: uma questão em debate. São Paulo: EDUC / IEE, 1999.
- DAGNINO, Evelina (org.). Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo. Brasiliense, 2004.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. Curitiba em dados. Curitiba: IPPUC, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. Planejamento Urbano de Curitiba Revista *Curitiba em dados*. 2008. O Direito à Cidade. São Paulo. Ed. Moraes, 1991.
- MARICATO, Ermínia. "Planejamento urbano no Brasil: As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias". In: ARANTES, Otília B., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. *O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensos*. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000.
- MARICATO, Ermínia. Habitação e Cidade. São Paulo, Atual, 1997 (Espaço e Debate).
- OLIVEIRA, Francisco. Da dádiva aos direitos: a dialética da cidadania. Revista brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, nº 25, julho/1994.
- PLANO DIRETOR 2004: O planejamento urbano de Curitiba. Curitiba: IPPUC, 2004.
- SÁNCHEZ, Fernanda. *Curitiba imagem e mito: reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 1993.